

**DA FILIAÇÃO DO PESQUISADOR À FILIAÇÃO DO  
ESCRITOR: ROLAND BARTHES E O SEMINÁRIO  
DA CRISE INTELECTUAL**

**FROM RESEARCHER AFFILIATION TO WRITER  
AFFILIATION: ROLAND BARTHES AND THE  
INTELLECTUAL CRISIS SEMINAR**

**Claudia Amigo Pino<sup>1</sup>**

**Resumo:** Neste artigo, fazemos uma narrativa da passagem de Roland Barthes da crítica para a escrita literária, a partir da análise das anotações manuscritas do seu seminário “A noção de idioleto”, oferecido em 1970-1971, na École de Hautes Études em Sciences Sociales. Para isso, tentamos entender a sua mudança de filiação, em um primeiro momento centrada sobretudo em referências teóricas (como a linguística da enunciação, a semiologia e a estilística) e, depois, em uma única referência literária: *Bouvard e Pécuchet*, de Gustave Flaubert. Este texto faz parte de um projeto mais amplo, que propõe a narrativa de todos os seminários oferecidos na École por Roland Barthes, entre 1962 e 1977, a partir do arquivo de Roland Barthes, na Biblioteca Nacional da França.

**Palavras-chave:** Roland Barthes; Idioleto; Seminários.

**Abstract:** In this article, we describe the Roland Barthes’ passage from criticism to literary writing, based on the analysis of the handwritten notes of his seminar “The notion of idiolect”, offered in 1970-1971 at the École de Hautes Études en Sciences Social. In order to do this, we try to understand his change of affiliation, at first focusing mainly on theoretical references (such as linguistics of enunciation, semiology and stylistics) and then on a single literary reference: *Bouvard and Pécuchet*, by Gustave Flaubert. This text is part of a larger project, which proposes the narrative of all the seminars offered at the École by Roland Barthes, from 1962 to 1977, from the Roland Barthes’ Found, in the National Library of France.

**Keywords:** Roland Barthes; Idiolect; Seminars.

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo (USP): <hadazul@usp.br>.

Este texto é a narrativa de uma crise vivida por Roland Barthes no final dos anos 1960 e da sua solução: um novo tipo de escrita. Poderíamos contar essa história a partir de muitos pontos de vista, como da sua biografia, de sua obra publicada ou dos relatos de historiadores sobre o período; aqui o caminho escolhido é o do estudo dos manuscritos do autor e, especificamente, de suas anotações de aulas. Nesses documentos, veremos como Barthes muda de filiação: no início da crise, suas referências eram críticas e serviam para desenvolver uma proposta intelectual original; no final dela, suas referências eram literárias e tinham como objetivo a procura de uma nova forma de escrever e de se posicionar na sociedade. Assim, podemos afirmar que ele passa de uma filiação de crítico a uma filiação de escritor.

A narrativa a seguir faz parte de uma história maior: um projeto de pesquisa<sup>2</sup> dedicado aos seminários de Roland Barthes, os cursos de pós-graduação que ele ofereceu de 1962 a 1977, na École de Hautes Études em Sciences Sociales,<sup>3</sup> em Paris. O estudo desses seminários é feito a partir da consulta às anotações manuscritas<sup>4</sup> de Barthes e de textos produzidos por ele próprio e por seus alunos. Para ter uma melhor visualização dos temas tratados nesses quinze anos de seminários, reproduzo aqui uma tabela com os títulos dados a cada um desses cursos, o que, como veremos, nem sempre corresponde literalmente ao que foi de fato tratado:

<b>Ano</b>	<b>Seminário</b>
<b>1962-1963</b>	Inventário de sistemas contemporâneos de significação (vestimenta, comida, habitação) [semiologia – teoria]
<b>1963-1964</b>	Inventário de sistemas de significação contemporâneos [semiologia -prática]
<b>1964-1965</b>	Pesquisas sobre a retórica
<b>1965-1966</b>	Pesquisas sobre a retórica (continuação)
<b>1966-1967</b>	O Discurso da História

2 Este projeto conta com auxílio financeiro da CNPq (Bolsa de produtividade em pesquisa PQ-2) e da Fapesp (Auxílio à pesquisa regular – processo 2016/21510-5).

3 Até 1975, a École era uma seção (a VIa seção) de uma instituição maior, a École Pratique de Hautes Études. Fundada por Victor Duruy, ministro da Instrução Nacional em 1868, essa instituição tinha o objetivo de complementar o ensino universitário, a partir da introdução de disciplinas inovadoras, fora do contexto de um curso, e com aulas práticas, no formato de seminários (REVEL; NACHTEL, 1996, pp. 11-12).

4 Consultadas graças à autorização de Éric Marty e Michel Salzedo.

<b>1967-1968</b>	Análise estrutural de um texto narrativo: “Sarrasine”, de Balzac
<b>1968-1969</b>	Análise estrutural de um texto narrativo: “Sarrasine”, de Balzac (continuação)
<b>1969-1970</b>	–
<b>1970-1971</b>	A noção de idioleto: primeiras questões, primeiras pesquisas
<b>1971-1972</b>	Dez anos de semiologia: a teoria do texto
<b>1972-1973</b>	Os problemas da tese e da pesquisa, A noção de modernidade, Análise de “Relatório sobre um caso de paranoia indo ao encontro da teoria psicanalítica”
<b>1973-1974</b>	Estudo dos problemas relativos à constituição do léxico de um autor (idioleto) – Trabalho coletivo sobre a biografia – voz
<b>1974-1975</b>	O discurso amoroso
<b>1975-1976</b>	O discurso amoroso (continuação)
<b>1976-1977</b>	Os problemas de interpretação na ópera e Os problemas das rasuras no texto escrito

Diferentemente dos cursos de Barthes no Collège de France, como “O neutro” e “A preparação do romance”, apenas 5 dos 15 anos dessas anotações de aula foram transcritos e publicados entre 2009 e 2011, em edições que têm se mostrado problemáticas ao longo dos anos, por vários motivos. Em primeiro lugar, elas foram editadas com o objetivo de servir de “manuscritos” ou “inéditos” dos livros que Barthes publicou a partir de alguns de seus seminários, como *Roland Barthes por Roland Barthes* e *S/Z*. Em segundo lugar, por se tratar da publicação de seminários isolados, é difícil entender a conexão entre eles, o que é possível vislumbrar em um estudo em conjunto desse material. Em terceiro lugar, porque as anotações de aula não são texto, são indicações e fragmentos de reflexões sobre um tema: sem a leitura de um especialista, que estabeleça algum tipo de continuidade entre essas anotações, a sua leitura é bastante difícil.

Assim, meu propósito final neste projeto é de alguma forma dar a ver todo esse material (tanto os documentos inéditos quanto aqueles que já foram publicados), em uma narrativa de todos os seminários, que dê conta tanto de cada um dos temas abordados, mas também das linhas que se tecem entre eles. Neste texto, pretendo me ater apenas ao momento

de crise dos seminários, em que Barthes muda o seu tipo de filiação.<sup>5</sup> O início desse momento está assinalado na tabela com um travessão (“-”), entre os anos de 1969 e 1970. Depois dos acontecimentos de maio de 1968, Barthes “abandona” a prática dos seminários e volta em 1970, quando propõe uma nova forma de relação entre política e literatura. A reflexão a seguir é sobretudo centrada no seminário seguinte, sobre “A noção de idioleto” (1970-1971), mas o meu objetivo é exatamente não me ater aos limites do seminário e mostrar as suas conexões com os outros seminários e com a obra publicada, mostrando (pelo menos uma parte) um sistema de pensamento e de escrita.

### A CRISE DE MAIO DE 1968

Para entender o contexto dessa narrativa, é preciso rever brevemente os acontecimentos de maio de 1968 em Paris. Normalmente, são chamados assim, “acontecimentos”, já que foi uma revolta espontânea, descentrada, social e também cultural. A origem desses eventos é bastante confusa: oito estudantes de Nanterre são convocados pelo conselho de disciplina da universidade, por conta de uma série de distúrbios internos. No dia 3 de maio, é convocada uma pequena manifestação de apoio a esses estudantes frente à Sorbonne, e a polícia é chamada para abafá-la. O reitor se assusta com a chegada dos policiais, suspende as aulas, e uma multidão de estudantes se vê na rua: começa assim um verdadeiro campo de batalha nas ruas do Quartier Latin, que é replicado durante o resto do mês (JOFFRIN, 1988, pp. 17-29).

Os movimentos estudantis e operários aproveitam o ambiente de revolta e promovem uma série de greves e manifestações, que paralisam o país durante o mês de maio. As reivindicações dos estudantes e operários são muitas e difusas; por um lado, há demandas concretas, como maior acesso à universidade e melhoria dos direitos trabalhistas, por outro, há também gritos de ordem em relação à liberdade e desafio às instituições no geral.

Qual foi o papel de Barthes em 1968? Um papel bastante controverso: ele foi acusado de não apoiar o movimento, porque não teria estado presente em muitas manifestações e não teria assinado manifestos apresentados

---

5 Outros momentos dessa narrativa podem ser lidos nos seguintes artigos: “Do saber à aventura: a semiologia nos seminários de Roland Barthes” (PINO, 2018a), “Gênese de uma crítica mágica” (2016) e “Roland Barthes e o ensino: da pesquisa coletiva ao amor” (2018b).

por intelectuais da época. tentemos entender mais a reação de Barthes a maio de 1968, que sua biógrafa, Tiphaine Samoyault (2015, p. 431), chama de “crise de 1968”. No dia 27 de abril, ele desmaia no meio da rua, o que será diagnosticado como uma volta da doença que o manteve dez anos em um sanatório, a tuberculose. Essa razão muito prosaica foi o principal motivo de seu isolamento durante esses dias. Mas ele não podia se dar ao luxo de estar doente: as manifestações precisavam de líderes intelectuais. Em um dos poucos eventos nos quais esteve presente, no dia 16 de maio, é possível que ele tenha dito a frase “as estruturas não descem para a rua”, não se sabe em que contexto. Aqui cabe citar um trecho da *História do estruturalismo*, de François Dosse, onde ele descreve as reações a essa frase proferida por Barthes:

Um dia, Catherine Backès-Clément chega de uma assembleia geral de filosofia e lê uma extensa moção de três páginas que terminava assim: “É evidente que as estruturas não descem para a rua”. Essa constatação, que soava como o dobre de finados para o estruturalismo, foi escrita no quadro negro, viva e amplamente comentada diante de Greimas. Na manhã seguinte, Greimas, que assistira ao nascimento da fórmula, encontra um grande cartaz colado na portam dizendo: “Barthes afirma: as estruturas não descem para a rua. Nós afirmamos: Barthes já era”. Ao atacar Barthes, atribuindo-lhe essas declarações quando ele estava ausente da discussão, o movimento investia contra o estruturalismo em geral, que começava a ser visto como a ciência dos novos mandarins, os dos amanhã. É, de resto, a análise que Greimas faz do episódio; para ele, neste caso “Barthes é apenas um ator metonímico de um ‘conjunto atuante de estruturalistas”. Barthes, porém, parece estar fortemente afetado pela contestação de maio de 1968. Optará até por um exílio temporário para se distanciar do teatro de operações parisiense. Quando um universitário marroquino, Zaghoul Morsy, sugere-lhe que vá lecionar em Rabat, “ele aproveita o ensejo sem hesitar” (DOSSE, 2007, p. 152).

Barthes sente-se injustiçado por ser acusado de pouco engajado; ele que tinha proposto diversas interpretações marxistas da literatura e da cultura popular. Mas sabe que de fato se sente muito pouco à vontade com o discurso do militante, um discurso que tenta se impor sobre o outro, convencer o outro de que está com a verdade. De certa forma, esse discurso em nada coincide com o que tinha desenvolvido em seu seminário anterior, sobre Sarrasine, em que propõe uma análise de texto que não se imponha sobre outras, mas uma explosão de texto em vários sentidos.

Durante o período sabático em que estará no Marrocos (no qual também não vai conseguir se integrar à vida universitária, por conta das greves que ocorrem lá), Barthes vai terminar três livros (*S/Z*, *o Império dos signos* e *Sade Fourier Loyola*), além de dar início a sua obra experimental

*Incidentes*, que só será publicada postumamente. No seminário que oferece na sua volta a Paris, em 1970, ele poderá finalmente enunciar o que tinha ficado de alguma forma entalado em 1968, uma nova visão da política, que tem a literatura como centro: uma política da literatura, ou a partir da literatura.

## **A FILIAÇÃO DE CRÍTICO: O INÍCIO DO SEMINÁRIO SOBRE O IDIOLETO (1970-1971)**

As primeiras páginas sobre o idioleto não parecem introduzir um seminário sobre política, muito pelo contrário. Barthes parece querer voltar às filiações teóricas do início dos seminários: a semiologia e a linguística. Como podemos observar na tabela reproduzida no início deste texto, Barthes tinha se inserido na *École* a partir de uma disciplina inovadora para a época, a semiologia. Proposta por Saussure, essa disciplina podia ser definida como uma ciência geral dos signos, que englobaria a linguística. Em seu seminário de 1962, Barthes inverte essa fórmula e propõe interpretar os sistemas de significação contemporâneos a partir da linguística. Dessa forma, por exemplo, ele pretende entender qual seria o significado e o significante de um elemento da moda (uma echarpe, por exemplo) ou o que seriam o paradigma e o sintagma da comida na contemporaneidade. O objetivo final dessa sua pesquisa é descrever o conjunto do léxico e as articulações de sistemas contemporâneos, como a fotografia, a culinária, a música e a moda.

A semiologia proposta por Barthes em 1970 apresenta uma diferença fundamental com a de 1962. Em lugar de constituir um sistema de significação, ele tenta entender a expressão individual dentro do sistema (nesse caso, a literatura), a “fala” em termos linguísticos. Não é um tema novo para Barthes: ele iniciou uma relação entre a linguística da enunciação e a literatura no fim do seminário sobre a retórica (1965-1966) e no início do seminário sobre o discurso da história (1966-1967), que se transformou em uma conferência nos Estados Unidos e, no mesmo ano (1971), finalmente se tornou um texto (“Escrever, verbo intransitivo”). Porém, ele não tinha assumido completamente essa linha, porque ela de alguma forma implicava um abandono da filiação anterior, da linguística estrutural (e, portanto, do estruturalismo): “de um ponto de vista saussuriano, não pode haver linguística da fala: toda a linguística

consiste precisamente em separar a língua da fala, o idioma do idioleto” (BARTHES, 1970-1971, p. 5).<sup>6</sup>

Assim, nesse seminário, Barthes entra em um terreno movediço: por um lado, mantém sua filiação anterior, à semiologia; por outro, ele abre uma brecha nela, na qual sabe, desde o início, que vai afundar.

## O IDIOLETO

A primeira questão que ele se coloca sobre a relação entre a fala e a literatura é a da propriedade da linguagem. Para Barthes (1970-1971, p. 6), o idioleto, primeiro tema a ser tratado, é uma forma de se referir à propriedade da linguagem literária:

O caminho desta pesquisa é evidentemente deslocar o campo de observação: no nível da linguagem, como abstração, função antropológica, não há propriedade, não há idioleto: a linguística como ciência da linguagem é fundada recusando o idioleto, como a geografia física trata da Terra, sem se ocupar dos proprietários que possuem essas terras; mas a partir do momento em que se imprime à linguagem uma divisão, uma tipologia, subconjuntos (apresentados, aliás, por alguns linguistas) – e como não o fazer, porque o trabalho dos homens é de fato dividido – por classes, trabalho, propriedade – encontramos propriedades da linguagem: o idioleto, mesmo se não mantivermos nem a palavra nem a noção estrita – será então apenas um bom introdutor ao problema que será o nosso, o da propriedade das linguagens.<sup>7</sup>

Barthes não fala a partir da linguística, mas da crítica literária. E, dentro da crítica, essa propriedade em relação à forma de escrever tem um nome consolidado: o estilo. Assim, em princípio, ele se distancia da linguística para entrar em uma outra filiação crítica: a da estilística. Não

---

6 “[...] d’un point de vue saussurien, il ne peut y avoir de linguistique de la parole: toute la linguistique consiste précisément à séparer la langue de la parole, l’idiome de l’idiolecte”. Todas as traduções de citação são nossas.

7 “La voie de recherche est évidemment de déplacer le champ d’observation: au niveau du langage, comme abstraction, fonction anthropologique, il n’y a pas de propriété, pas d’idiolecte; la linguistique comme science du langage est fondée à refuser l’idiolecte, comme la géographie physique traite de la Terre, sans s’occuper des propriétaires qu’y possèdent des terres; mais dès qu’on imprime au langage, une division, une typologie, des sous ensembles (d’ailleurs présentés par certains linguistes) – et comment ne pas le faire, puisque l’ensemble des hommes est lui-même une divisé – par les classes, le travail, la propriété – on retrouve des propriétés de langage: l’idiolecte, même si on ne retient pas le mot et la notion stricte – ne devient alors qu’un bon introducteur au problème qui sera le nôtre, de la propriété des langages.”

é a primeira vez que ele abraça uma disciplina velha e em desuso: já tinha feito isso no caso da retórica, à qual dedica os seminários de 1964 a 1966.

Ele não tem, no entanto, uma paixão pela estilística, como tem pela retórica. A estilística não foi objeto de diálogos de Platão, nem de tratados de Aristóteles; é uma disciplina recente, iniciada apenas no século XIX, e tem sobretudo uma aplicação prática, a de aprender a “escrever bem”:

Quando a retórica desapareceu, foi substituída por uma ciência: a estilística, estatuto pobre, instável, bastardo, lugar indeciso: pequeno território entre a filologia e a literatura. Esse lugar é reduzido: por causa da censura da linguagem e da dificuldade epistemológica de conceber a ciência do individual (Cf. Morin e a Sociologia do Acontecimento): manuais escolares e universitários de estilística: lamentáveis: fundados sobre a ideologia da expressividade: estilo: conjunto de meios lexicais e sintático para exprimir bem um tema (Cressot) (BARTHES, 1970-1971, p. 14).<sup>8</sup>

Entre os estilísticos aos que Barthes se refere (Charles Bally, Pierre Guiraud, Michael Riffaterre e Léo Spitzer), apenas Léo Spitzer merecia seu respeito. A obra dele seria mais interessante porque não consideraria de fato o estilo como uma característica própria de um autor, porém como uma fronteira entre o particular e o social. Para Spitzer, fala-se de estilo não quando um escritor produz uma nova forma de se expressar, mas quando essa nova forma é aceita e incorporada pelo público. Assim, o estilo seria uma forma de “fazer as pazes” com a sociedade.

É nesse ponto que ele encontra o incômodo produzido pela noção de idioleto: a proximidade desta noção com a ideia do autor. Se Barthes considera Spitzer digno de algum interesse, é porque ele sai da esfera do autor e pensa no estilo como fruto de um encontro:

O que pode ser mais evidente, fora de qualquer crítica, de que há um *estilo* (um idioleto) de Proust? O que pode ser mais *imediatamente* evidente? Eu diria, paradoxalmente que na oração *há um estilo (um idioleto) de Proust*, é a palavra “Proust” que é um problema. De fato, a noção de *estilo* é tributária da noção de *autor*, isto é, da noção de pessoa em literatura (BARTHES, 1970-1971, p. 15).<sup>9</sup>

---

8 “Quand la Rhétorique a disparu, remplacée par une science : la stylistique, statut pauvre, instable, bâtarde, place indécise: petit territoire entre la philologie et la littérature. Cette place réduite: dû à la censure du langage et à la difficulté épistémologique de concevoir une science de l’individuel (cf. Morin et la Sociologie de l’Événement): manuels scolaires et universitaires de stylistique: lamentables: fondés sur une idéologie de l’expressivité: style: ensemble des moyens lexicaux et syntaxiques pour bien exprimer le sujet (Cressot).”

9 “Quoi de plus évident, hors de toute critique, qu’il y a un style (un idiolecte) de Proust? Quoi de plus immédiatement évident? Je dirai, paradoxalement que dans la proposition il y a un style (un idiolecte) de Proust, c’est le terme ‘Proust’ qui fait problème. En effet la notion de style est tributaire de la notion d’auteur, cad de la notion de personne en littérature.”

Para Barthes, a obra é uma propriedade que se liga a seu proprietário pelo intermédio da assinatura, do Nome Próprio (entidade do direito civil, identificação do indivíduo). A lei protege a sua integridade, a não deformação da obra (direito moral) e os ganhos derivados dela (direito financeiro). Assim, vemos como a obra se insere no mercado, ao mesmo tempo protegendo a propriedade e regulando a expropriação. Mas o que mais chama a atenção de Barthes em relação ao direito de autor é que ele protege a forma das obras, mas não as ideias. A circulação das ideias não pode ser protegida, enquanto a forma é passível de ser assinada e ser transformada em uma propriedade e, portanto, em mercadoria.

Nesse momento, a sua ideia inicial, o idioleto, torna-se, para ele, pesada e sem sentido. Barthes escolhe então abordá-la às avessas: ele vai procurar aqueles que tentam subverter o idioleto, quebrar o direito do autor, distorcer a noção de assinatura. É o caso da citação acadêmica, usada abundantemente neste artigo, por exemplo. Ele chama a atenção para o fato de que, nesse caso, preservamos o nome do autor, mas podemos perfeitamente subverter o sentido do texto (o que, aliás, eu me pergunto se não faço...). Ele também cita as obras derivadas, aquelas que de alguma forma são adaptação de outra (a tradução, ou a transposição para outra mídia, por exemplo). Porém, em relação à escritura,<sup>10</sup> seu interesse principal são as formas de imitação da linguagem, entre as quais ele destaca a paródia (forma teatral, que tem o propósito de ridicularizar), o pastiche (forma elaborada, sem intenção cômica, usada como exercício intelectual) e a falsificação, que tem o propósito claro de enganar.<sup>11</sup>

A sua grande questão passa por entender o que se copia. Quando fazemos um pastiche, ou uma paródia, ou uma falsificação, de fato o que estamos copiando? A forma como um autor escreve? Ou a forma como a crítica acha que ele escreve? De quem é de fato essa propriedade? Por essas perguntas, Barthes afirma que o erro é pensar que existe uma obra original; cada obra escrita se encontra dentro de um tecido, no qual é impossível pensar a origem:

[...] toda origem da palavra é indevida, opressiva, alienante (ligada à exploração); a intimidação da palavra se faz sempre pela parada da linguagem, sua “originação”. A escrita é a palavra sem origem, é a retirada do problema

---

<sup>10</sup> Ele também se refere à pintura, a partir de falsificações célebres de quadros.

<sup>11</sup> Cabe destacar que um dos professores assistentes do seminário desenvolverá um longo trabalho sobre essas questões de imitação da linguagem, esboçadas por Barthes nesses seminários. Refiro-me a Gérard Genette e seu livro *Palimpsestes* (1982).

metafísico da origem: a escrita é esse movimento no qual o lugar onde se fala está em perpétuo deslocamento (é por isso que a crítica ideológica – que supõe um lugar seguro e triunfante onde se fale da ideologia) só pode ser emitida de um lugar ideológico: há hiato, im-pertinência, mutação de nível, “contra-monismo”, pluralismo (BARTHES, 1970-1971, p. 26).<sup>12</sup>

Assim, ao recusar a ideia da obra original, ele abole a ideia de propriedade e de um estilo próprio, o propósito inicial desse seminário. A brecha inicial na sua filiação semiológica/linguística tinha se aberto completamente: era o momento de procurar outras referências nas quais se amparar. Em um primeiro momento, ele recorre a si mesmo ou, mais precisamente, a uma noção que já tinha esboçado no seu seminário anterior, sobre Sarrasine, de Balzac, denominado o “Texto”, que foi também objeto de um artigo publicado no mesmo ano, “Da obra ao texto” (BARTHES, 2012b).

## O TEXTO

Barthes tem dificuldade em definir o termo, já que ele o introduziu para de certa forma terminar com a ideia de obra fechada, ou de propriedade delimitada. Trata-se de uma noção fluida, sem fronteiras, sem grades, nem portões, sempre definida a partir de imagens, jamais tratada realmente como um conceito. Aqui cabe destacar duas de suas características. Em primeiro lugar, a pluralidade: o texto é exatamente aqui algo que não tem origem, nem propriedade particular:

O Texto é plural. Isso não significa apenas que tem vários sentidos, mas que realiza o próprio plural do sentido: um plural *irredutível* (e não apenas aceitável). O Texto não é coexistência de sentidos, mas passagem, travessia; não pode, pois, depender de uma interpretação, ainda que liberal, mas de uma explosão, de uma disseminação. O plural do Texto é devido, efetivamente, não à ambiguidade de seus conteúdos, mas ao que poderia chamar de *pluralidade estereográfica* dos significantes que o tecem (etimologicamente, o texto é um tecido) (BARTHES, 2012b, p. 70).

---

12 “[...] toute origine de la parole est indûe, oppressive, aliénante (liée à l’exploitation); l’intimidation de la parole se fait toujours par l’arrêt du langage, son origination. L’écriture, c’est ce qu’on lève l’origine la parole sans origine, c’est la levée du problème métaphysique de l’origine: l’écriture est ce volume –mouvement dans lequel le lieu d’où l’on parle est en perpétuel déplacement (ce pour quoi – entre parenthèses – l’écriture ne peut coller à la critique idéologique qui suppose un lieu (sécurisant et triomphant) d’où l’on parle de l’idéologie ne peut être émise qu’à partir d’un lieu idéologique: il y a hiatus, im-pertinence, mutation de niveaux, contre-monisme, pluralisme”.

A segunda característica que gostaríamos de destacar é a impossibilidade de escrever sobre o texto. No trecho acima, Barthes se refere ao fato de que o texto é passagem, travessia. Ora, o que está passando, ou quem está passando pelo texto? Os sentidos, a partir do envolvimento em diferentes frentes do leitor, ou dos leitores. Assim, já não podemos considerar o texto como um objeto, que um sujeito (separado desse objeto) pode analisar, mas como um objeto atravessado por vários sujeitos. Como então falar, ou escrever sobre o texto, um objeto que não se separa do seu leitor?

[...] uma teoria do texto não pode se satisfazer com uma exposição metalinguística: a destruição da metalinguagem, ou pelo menos [...] a sua colocação sob suspeita, faz parte da sua própria teoria: o próprio discurso sobre o Texto não deveria ser senão texto, pesquisa, trabalho de texto, já que o Texto é esse espaço *social* que não deixa nenhuma metalinguagem ao abrigo, exterior, nem nenhum sujeito de enunciação em situação de juiz, de mestre, de analista, de confessor, de decifrador: a teoria do Texto só pode coincidir com uma prática da escritura (BARTHES, 2012b, p. 75).

Ao negar a possibilidade de metalinguagem, Barthes negava a possibilidade da crítica e da ideia de discutir o idioleto ou estilo de um autor. E, assim, sua filiação de crítico escorre completamente pela brecha aberta no início do seminário. Não há volta: Barthes não pode mais responder como aquele que escreve “sobre” outro texto, mas aquele que vai escrever com, ou simplesmente aquele que vai escrever.

Entretanto, antes de entrar nesse texto e pensar sua filiação de escritor, Barthes ainda vê algum interesse no estudo do idioleto, só que não a partir da propriedade individual da linguagem, e sim, da propriedade de grupos, o que de alguma forma está ligado a toda a experiência (traumática) de maio de 1968.

[...] não há idioleto, mas talvez homoletos: linguagens no circuito emissão/recepção fechado. Linguagens que imobilizam a pulsão histórica, heracliteana do intertexto, linguagens que são propriedades de grupo, são ornamentos na guerra dos Sentidos. Antes de terminar essa introdução (introdução ao que vamos fazer, trabalhar), é necessário atravessar o primeiro dossiê desses homoletos – que chamaremos, por oposição a idioleto (ao qual renunciaremos), socioletos, porque o sujeito é um grupo – para em seguida reencontrarmos o

Texto, nem idioleto nem socioleto, sobre o qual vamos trabalhar (BARTHES, 1970-1971, p. 27 bis).<sup>13</sup>

## O SOCIOLETO

Durante as manifestações, Barthes tinha observado os discursos dos militantes e das instituições. Cada um desses grupos tinha um uso particular da linguagem, não tinha interesse em dialogar com outro, mas de se impor sobre ele, de ganhar. Essa ausência de diálogo da linguagem dos grupos, para ele, é generalizada, mas há situações, como a de maio, como a das mais recentes eleições no Brasil, em que ela apareceria de forma mais escancarada. Quanto maior é a crise, quando a sociedade está mais dilacerada, mais os grupos se aferram às suas linguagens específicas:

Na nossa sociedade, a linguagem do mesmo nos basta, não temos necessidade da linguagem do outro para viver: basta a cada um sua linguagem. Fixamo-nos na linguagem do nosso cântico social, profissional, e essa fixação tem valor neurótico: permite-nos uma adaptação sofrível ao despedaçamento da nossa sociedade (BARTHES, 2012a, p. 122).<sup>14</sup>

Barthes, a partir da *Retórica*, de Aristóteles, define no seminário dois tipos de socioletos: os discursos encráticos, os *discursos do poder* (à sombra do poder) e os discursos acráticos, *fora do poder* (ou sem poder, sob a luz do não poder). Para identificá-los, ele resgata outra noção aristotélica: a doxa, que na sua origem seria equivalente à opinião corrente, geral, provável; para Barthes, ela se transforma na mediação discursiva pela qual o poder fala. Assim, o discurso encrático é aquele que se submete aos códigos da doxa, enquanto o discurso acrático se opõe a ela, é (para)doxal (BARTHES, 2012a, p. 127).

---

<sup>13</sup> “Il n’y a pas d’idiolecte, mais il y a peut-être des homélectes : langages au circuit émission/réception fermé. Langages qui immobilisent la pulsion historique, héraclitéenne de l’Intertexte, langages qui sont des propriétés de groupe, sont des ornements dans la guerre du Sens. Avant de terminer cette introduction (introduction à ce que nous allons faire, travailler), il faut traverser le premier dossier de ces homélectes – que nous appellerons par par opposition à l’idiolecte auquel nous renouons des sociolectes parce que le sujet est un groupe – pour ensuite retrouver le Texte, ni idiolecte ni sociolecte, sur lequel nous travaillerons.” A indicação “27 bis” significa que Barthes acrescentou uma nova página ao manuscrito entre as páginas 27 e 28.

<sup>14</sup> Essa parte do seminário sobre o socioleto foi publicada integralmente no texto “A divisão das linguagens”, de 1971 (2012b).

É muito fácil encontrar exemplos de discursos encráticos, já que a doxa está em todas as partes: nas conversas familiares, nas redes sociais, na publicidade, sempre sob o argumento da “naturalidade”, do “bom senso” e da “clareza”. É o caso das afirmações “homem só pode estar com mulher, já que é natural” ou, ao contrário, “ser gay não é natural”; ou dizer que um texto dissertativo em terceira pessoa é mais “claro”.

Mas onde encontramos o discurso acrático, fora da doxa? O que é de fato um discurso à margem? Para Barthes, nesse momento do seminário, esse discurso é “o nosso”. E, assim, ele alargava um pouco mais a brecha aberta no início: de alguma forma, todo o seu seminário se volta para si mesmo:

[...] o discurso acrático é, em linhas gerais, o nosso (o do pesquisador, o do intelectual, o do escritor); analisá-lo é analisar-nos a nós mesmos enquanto falamos: operação sempre arriscada e que por isso mesmo será sempre preciso empreender: que pensam o marxismo, o freudismo ou o estruturalismo, ou a ciência (a das ciências ditas humanas) na medida em que cada uma dessas linguagens de grupo constitui um socioleto acrático (para-doxal) –, que pensam eles do seu próprio discurso? Essa interrogação, que jamais é assumida pelo discurso do poder, é evidentemente o ato fundado de toda análise que pretende não se exteriorizar ao seu objeto (BARTHES, 2012a, p. 129).

Nesse momento, esperaríamos um movimento à la Foucault (que estranhamente ele não cita, nem em uma breve alusão), um estudo das formas de saber, de conhecer, ou mesmo dos grandes enunciados da teoria literária,<sup>15</sup> para mostrar como a pesquisa se distancia do discurso de poder. Mas não encontramos nada disso a seguir; de fato, não encontramos nada. Os manuscritos do seminário aparentemente terminam ali.

No entanto, os manuscritos do seminário anunciavam o que aconteceria nas aulas seguintes: uma reflexão sobre o livro *Bouvard e Pécuchet*, de Gustave Flaubert. Depois de várias hipóteses, encontrei a continuação dessas reflexões sobre os socioletos junto às notas preparatórias de um curso que ele ofereceu em 1974 na Universidade de Paris 7, “Sobre 7 frases de *Bouvard e Pécuchet*” (BARTHES, 2015, pp. 257-281). Uma advertência preliminar no início das anotações desse curso informa que ele deve retomar literalmente seu seminário sobre “A cópia e a besteira”, de 1971: “isso sem me corrigir: espécie de ficção crítica de 1971,

---

15 As reflexões de Barthes parecem preparar o leitor para a *Arqueologia do saber*, livro publicado um ano antes (FOUCAULT, 2007).

com as paixões, as reflexões ultrapassadas, que deixarei do mesmo jeito” (BARTHES, 1975, [s.p.]).<sup>16</sup>

## A FILIAÇÃO DO ESCRITOR: O FIM PERDIDO DO SEMINÁRIO SOBRE O IDIOLETO

Numa primeira abordagem, essas anotações dão a impressão de não corresponderem ao mesmo seminário. Há uma mudança brusca de tema. No lugar de se voltar para o “nosso” discurso, sobre o discurso crítico, Barthes decide se concentrar no estudo de uma obra literária, *Bouvard e Pécuchet*, o romance inacabado de Flaubert, sobre dois copistas que tentam copiar todo o conhecimento existente no século XIX (em medicina, jardinagem, história...), mas sem que esse conhecimento tenha alguma aplicação prática (as personagens não podem curar ninguém, nem organizar um jardim, nem fazer uma interpretação dos acontecimentos políticos). Por mais conhecimento que tenham, essas personagens não conseguem sair do lugar: por isso esse livro é chamado de livro sobre a “besteira”. A mudança brusca de tema do seminário (do socioleto a *Bouvard e Pécuchet*) se liga a uma espécie de iluminação final de Barthes: ele percebe que o único lugar em que o discurso acrático pode de fato circular é a literatura. Mas não exatamente como discurso.

Para entender esse movimento, é preciso passar por uma nova reflexão sobre a cópia, que tinha se transformado no centro da reflexão sobre o idioleto e agora também se torna o centro da reflexão sobre o socioleto. Inicialmente, Barthes refere-se a uma ambiguidade da língua francesa, que usa a mesma palavra (“sujet”) para designar tanto o sujeito, quanto o tema de uma narrativa. Para ele, essa ambiguidade está no centro do livro de Flaubert, que não pode ser classificado como um livro “sobre a besteira”: “Se eu digo, como a maioria dos manuais, que *Bouvard e Pécuchet* é um livro sobre a Besteira, o que é problemático não é o objeto (*topic, matter*), porque é certo que há ‘a Besteira’ nesse livro: o que é problemático é o ‘sobre’ [...]: relação de apropriação, professoral” (BARTHES, 1975, p. 1).<sup>17</sup> O “sobre”, continua ele, coloca o sujeito em posição de superioridade em

---

16 “[...] ceci: sans me corriger: sorte de fiction critique 1971, avec des engouements passés, des moments démodés, que laisserai en l’état”.

17 “Si je dis, comme la plupart des manuels – B et P est un livre sur la Bêtise, ce qui fait problème ce n’est pas l’objet (*Topic, Matter*), car il est certain qu’il y a ‘la Bêtise’ dans le livre: ce qui fait problème, c’est sur [...]: rapport appropriatif, professoral).”

relação ao tema. Assim, num livro “sobre” a besteira, o narrador não pode ser “besta”, porque é ele quem desenvolve um discurso sobre a besteira.

Mas, no caso de *Bouvard e Pécuchet*, nem o narrador – nem mesmo o leitor – pode ser excluído da besteira:

Não qual “sujeito”: mas um “sujeito”, o “sujeito” que se destrói a si mesmo enquanto tal. Por quê? Porque aquele que fala sobre a Besteira é chamado na Besteira: o enunciador, não somente é condenado a aparecer (primeira negação à noção “objetiva” de “sujet”), mas a aparecer no espetáculo que ele pretendia dar (no quadro, na representação): Besteira: vínculo sem dentro/fora.

Daí a ambiguidade da qual eu falava no começo entre *sujet-topic* e *sujet-subject*. O sujeito (*topic*) de um livro “sobre” isso, “Besteira”, só pode ser a enunciação desse livro – o que é alternar a noção de *topic* e a de *subject*, e, claro, sua oposição. Dito de outra maneira ainda: o livro “sobre” a Besteira se revela fatalmente como uma (auto)análise; nossa palavra sobre o Outro (exterioridade, ciência, realismo) torna-se a palavra com o Outro, a partir do Outro (do latim), a palavra do outro que, pelo nosso inconsciente, somos nós. [...] A fórmula lacaniana: o inconsciente é o discurso do Outro recebe aqui sua consagração estética, ficcional (no sentido nietzschiano): não há “sujet” (*topic*) do Discurso – Daí a modernidade de *B. e P.* (BARTHES, 1975, p. 3).<sup>18</sup>

Diferentemente de Freud, Lacan não considera o inconsciente uma realidade recusada do indivíduo (por exemplo, um trauma), mas um discurso do Outro (por exemplo, da cultura), que permanentemente absorvemos e reproduzimos sem perceber. Assim, para Lacan, o *eu* é imaginário: o discurso que nós proferimos é sempre o discurso do Outro. Se *Bouvard e Pécuchet* é a consagração estética do inconsciente lacaniano, eles nos fazem ver que *eu* não existe e que aquilo que consideramos externo está, de fato, em nós.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> “Pas n’importe quel ‘sujet’: mais un ‘sujet’, le ‘sujet’ qui se détruit lui-même en tant que tel. Pourquoi? parce que celui qui parle sur la Bêtise est appelé dans la Bêtise: l’énonciateur, non seulement est condamné à apparaître (premier déni à la notion ‘objective’ de ‘sujet’, mais condamné à apparaître comme inclus dans le spectacle qu’il prétendait donner (dans le tableau, la représentation): Bêtise: lien sans dedans/dehors./ D’où l’ambiguïté dont je parlais au début entre sujet-topic et sujet-subject. Le sujet (*topic*) d’un livre ‘sur’ ça Bêtise ne peut être que l’énonciation de ce livre – ce qui est altérer à la fois la notion de *topic* et celle de ‘subject’ et, bien entendu, leur opposition. Autrement dit encore: un livre ‘sur’ la Bêtise se révèle fatalement comme une (auto)analyse; notre parole sur l’Autre (extériorité, science, réalisme) devient la parole avec l’Autre, à partir de l’Autre (de latin), la parole de l’Autre que par notre inconscient nous sommes. [...] La formule lacanienne: l’inconscient c’est le discours de l’Autre reçoit ici sa consécration esthétique, fictive (au sens nietzschéen): il n’y a pas de ‘sujet’ (*topic*), du Discours – D’où la modernité de *B et P.*”

<sup>19</sup> Trata-se de uma explicação muito pessoal de “O inconsciente freudiano e o nosso”, a partir do Seminário 11 de Lacan (1988).

Dessa forma, ao ler *Bouvard e Pécuchet*, nós percebemos que a Besteira não é externa, nós também somos “bestas”, como as personagens. No curso de 1975, na Universidade de Paris VII, Barthes vai se centrar exatamente na produção desse efeito. A partir de uma análise retórica minuciosa de sete frases do livro (que não desenvolveremos aqui, porque esse curso de 1975 está fora do escopo deste artigo), ele chega à conclusão de que a frase de Flaubert não se refere a objetos, mas a formas sedimentadas de se referir a esses objetos (linguagens). “O objeto de Flaubert é a linguagem, as linguagens. O *sujet* é o homem tomado pela linguagem, as linguagens não sendo nada além delas, como uma cebola, que só é feita de camadas, de peles de linguagem” (BARTHES, 2015, p. 280).<sup>20</sup>

E assim entendemos por que o discurso acrático só pode existir na literatura. Por mais que, no discurso acadêmico, copiemos a linguagem do outro, nós a copiamos para integrá-la à nossa argumentação. Como Barthes afirmava no início do seminário, trazemos o nome do autor citado, mas a linguagem é apresentada de forma homogênea. Ora, no caso do livro de Flaubert, podemos ver as linguagens dos outros, as várias camadas da cebola e, dessa forma, identificar o discurso da doxa, do senso comum, da naturalidade.

## A REDESCOBERTA DA LITERATURA

Barthes teria encontrado a razão da sua crise em relação ao movimento de 1968. A verdadeira política, assim, não se faria em assembleias ou manifestações, não seria emitida em discursos, por mais que eles sejam aparentemente contra o sistema. Ela se faria na literatura, espaço privilegiado de passagem de sentidos, onde podemos nos identificar com personagens que usam o discurso da doxa e nos fazem descobrir que ela está em nós.

Ao longo desta narrativa, vimos como essa descoberta vem acompanhada de um discurso que se volta para si mesmo, ou, mais precisamente, contra si mesmo. Assim, ele abre brechas em suas filiações teóricas do início – a semiologia, a linguística da enunciação e depois a estilística – que fazem todo o objetivo inicial de seu seminário (a noção de *idioleto*) ser deixado de lado. O seminário, assim, muda de rumo e passa a

---

20 “L’objet de Flaubert, c’est le langage, les langages. Le sujet est l’homme aux prises avec le langage, les langages n’étant rien d’autre, tel un oignon, que des couches, des peaux de langage. Comment est-ce que cela se situe dans l’Histoire?”

se centrar primeiro no “idioleto às avessas”, o plágio, e, depois, no idioleto dos grupos, o socioleto. Como vimos, Barthes distingue dois discursos de grupos: o encrático, ligado ao poder e que estaria em todas partes, e o acrático, fora do poder, que ele considera o “nosso” discurso”, o discurso do intelectual.

Porém, no momento de mostrar o funcionamento do discurso acrático, Barthes não dá mais o “nosso” discurso, o discurso do intelectual, como exemplo. Mantendo a linguagem homogênea, o discurso do intelectual (com teorias e análises) tenta se impor sobre o seu objeto e, com isso, dialoga com outras linguagens de poder. Já em Bouvard e Pécuchet e em outras obras literárias, a heterogeneidade dos discursos fazem o leitor tomar distância deles e desenvolver um olhar crítico: esse é o discurso acrático, não um discurso proferido por alguém (intelectual ou mesmo escritor), mas a distância produzida pelo leitor, um deslocamento.

Assim, as consequências da crise, da fuga do seminário e da elaboração do novo discurso de Barthes são extremas: ele não pode voltar a ser um intelectual, a escrever textos teóricos, ou mesmo a ocupar o lugar de professor. Porém, ainda trabalhará na École des Hautes Études por mais seis anos e, depois, será eleito professor do Collège de France, onde oferecerá cursos até morrer, em consequência de um acidente de carro, em 1980.

Nada, no entanto, é como antes. Em vez de abraçar um “tema”, objeto do desenvolvimento de um saber, Barthes procurará mecanismos para fazer várias linguagens circularem, como no livro de Flaubert. No seminário seguinte, “10 anos de semiologia”, um seminário de transição, que ainda conta com um “tema”, ele revisita diferentes “teóricos” que o marcaram desde o início dos cursos, mas sem procurar ligações nem construir um saber: muito pelo contrário, seu objetivo passa muito mais por desconstruir suas bases e dizer adeus à semiologia. No seminário seguinte, “Os problemas da tese e da pesquisa”, a experiência é mais radical. Pede aos alunos que eles mesmos escolham os temas com que querem trabalhar: Barthes se limita a dirigir as pesquisas e discussões. Mas é sem dúvida no *Léxico do autor* (1973-1974) ou em *O discurso amoroso* (1974-1976) que ele encontra uma forma de trazer a pluralidade literária à sala de aula. No *Léxico do autor*, um seminário sobre ele mesmo, pede aos alunos que façam seminários sobre as palavras que mais se repetem em sua obra e, em *O discurso amoroso*, Barthes parte de um livro (*Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe) para fazer circular uma série de discursos

sobre o amor – de seus alunos, dele mesmo, de outras obras literárias e até mesmo de outras linguagens, como a ópera e a canção romântica –. Essas experiências são replicadas em alguns dos seus livros, como *O prazer do texto*, *Roland Barthes por Roland Barthes* e *Fragmentos de um discurso amoroso*, que marcam o abandono do discurso crítico e a procura por uma forma mais experimental, ou, literária.

Mas por que isso seria literatura, se esses livros não são romances, nem poemas, nem nenhuma forma estabelecida dentro da instituição literária? Porque eles emulam o procedimento de *Bouvard e Pécuchet*, do sujeito que se vê como objeto daquilo que lê. O Barthes dessas obras – não por acaso as suas obras mais célebres – não é um semiólogo, nem um crítico, é, sobretudo, um flaubertiano.

---

## REFERÊNCIAS

### Arquivo Roland Barthes

BARTHES, R. Séminaire 70-71. Bibliothèque Nationale de France. NAF 28613. BRT2.A3.04. 1970-1971.

BARTHES, R. Séminaire Flaubert. Bibliothèque Nationale de France. NAF 28613. BRT2.A6.A1. 1975.

### Bibliografia

BARTHES, Roland. *Le discours amoureux. Séminaire à l'École pratique des hautes études 1974-1976*. Présentation et édition de Claude Coste. Paris: Seuil, 2007.

BARTHES, Roland. *Le lexique de l'auteur. Séminaire à l'École pratique des hautes études 1973-1974*. Présentation et édition d'Anne Herschberg Pierrot. Paris: Seuil, 2010.

BARTHES, Roland. A divisão das linguagens. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a, pp. 116-132.

BARTHES, Roland. Da obra ao texto. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b, pp. 75-85.

BARTHES, Roland. Sur sept phrases de Bouvard et Pécuchet. In: *Album*. Paris: Seuil, 2015, pp. 257-281.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Vol. II. *O canto do cisne*. Trad. Álvaro Cabral. Florianópolis: Edusc, 2007.

- FLAUBERT, Gustave. *Bouvard et Pécuchet*. Paris: Gallimard, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982.
- JOFFRIN, Laurent. *Mai 68. Histoire des événements*. Paris: Seuil, 1988.
- LACAN, Jacques. *O seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- PINO, Claudia C. A. Gênese de uma crítica mágica. *Manuscritica*, São Paulo, v. 1, pp. 116-126, 2016.
- PINO, Claudia C. A. Do saber à aventura: a semiologia nos seminários de Roland Barthes. *Manuscritica*, São Paulo, v. 35, pp. 78-89, 2018a.
- PINO, Claudia C. A. Roland Barthes e o ensino: da pesquisa coletiva ao amor. In: PINO, C.C.A; BRANDINI, Laura T; BARBOSA, Márcio V.; BRITO, Sílvia B. (Orgs.). *Novamente Roland Barthes*. 1. ed. Natal: IFRN, 2018b, v. 1, pp. 38-62.
- REVEL, Jacques; NACHTTEL, Nathan (Orgs.). *Une école pour les sciences sociales*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.
- SAMOYAULT, Tiphaine. *Roland Barthes*. Paris: Seuil, 2015.

Recebido: 3/07/2019

Aceito: 18/09/2019

Publicado: 3/12/2019